

**DECRETO Nº 10.816**  
**DE 16 DE MAIO DE 2025**

***REGULAMENTA A REALIZAÇÃO DO  
“HAPPY CENTRO” NA ÁREA DE PROTEÇÃO  
CULTURAL I, NO MUNICÍPIO DE SANTOS,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

**ROGÉRIO SANTOS**, Prefeito Municipal de Santos,  
usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Este decreto regulamenta a realização do “Happy Centro” com o objetivo de organizar a ocupação de espaços públicos por meio da realização de atividades de natureza turística, cultural, artística ou musical por bares, restaurantes e similares, de forma facultativa, no perímetro definido como Área de Proteção Cultural 1 (APC I), estabelecido na Lei Complementar nº 1.187, de 30 de dezembro de 2022.

**Art. 2º** A Administração Municipal poderá permitir a utilização do espaço público adjacente ao estabelecimento à pessoa jurídica, de direito público ou privado, por meio de permissão de uso, precária e não onerosa, nos termos do artigo 93 da Lei Orgânica do Município.

**§ 1º** O “Happy Centro” poderá ser realizado às sextas-feiras, das 17h às 2h do sábado; aos sábados das 12h às 2h do domingo; e aos domingos, das 12h às 24h.

**§ 2º** Nos feriados o “Happy Centro” poderá ser realizado das 12h às 24h.

**§ 3º** Nas vésperas de feriados o “Happy Centro” poderá ser realizado das 17h às 2h do dia do feriado.

**Art. 3º** Os espaços públicos mencionados no artigo 1º estão delimitados no Anexo II, folha única, da Lei Complementar nº 1.187, de 30 de dezembro de 2022, que disciplina o ordenamento do Uso e Ocupação do Solo na área Insular do Município de Santos.

**Parágrafo único.** Entende-se por espaço público a calçada e a via pública descrita no croqui apresentado pelo estabelecimento solicitante e aprovado pela Comissão Municipal do “Happy Centro”.

**Art. 4º** Fica criada a Comissão Municipal do “Happy Centro”, que será responsável pela análise e aprovação das solicitações e de questões técnicas não previstas neste decreto.

**§ 1º** A coordenação da Comissão Municipal do “Happy Centro” será exercida pela Secretaria Municipal de Turismo, Comércio e Empreendedorismo.

**§ 2º** A Comissão Municipal do “Happy Centro” será composta por 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente dos seguintes órgãos:

**I** – Secretaria Municipal de Turismo, Comércio e Empreendedorismo;

**II** – Secretaria Municipal de Cultura;

**III** – Secretaria Municipal de Segurança;

**IV** – Secretaria Municipal de Finanças e Gestão;

**V** – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade;

**VI** – Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais;

**VII** – Ouvidoria e Controle;

**VIII** – Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET – Santos.

**§ 3º** Os membros da Comissão Municipal do “Happy Centro” serão nomeados por decreto.

**§ 4º** A participação como membro da Comissão não será remunerada a qualquer título e será considerada de relevante interesse público.

**§ 5º** Nos termos do disposto no artigo 95 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, a manifestação da Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET – Santos é imprescindível e terá poder de veto a qualquer

solicitação, cuja materialização possa, sem alternativa razoável, perturbar ou interromper a livre circulação de veículos e pedestres, ou colocar em risco sua segurança.

**Art. 5º** Os estabelecimentos interessados em participar, deverão apresentar requerimento à Comissão, por intermédio do Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Santos, no Poupatempo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data prevista para início da utilização do espaço.

**§ 1º** A solicitação deverá ser endereçada, conforme modelo constante do Anexo I, deste instrumento, à Comissão Municipal do “Happy Centro”, manifestando interesse na participação, instruída com os seguintes documentos:

**I** – alvará de funcionamento;  
**II** – cópia do documento de identidade, da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e do comprovante de domicílio do representante legal da interessada;

**III – Plano de trabalho contendo:**  
**a)** breve descritivo das atividades a serem realizadas no “Happy Centro”, incluindo a sua natureza, estilo e características;  
**b)** local, dias da semana e horários em que realizará atividades no “Happy Centro”;  
**c)** croqui da estrutura que será montada, com medidas e localização do espaço que será utilizado, contendo número de mesas, cadeiras e outros mobiliários;  
**d)** estimativa de público por dia;  
**e)** prazo de utilização do espaço.

**§ 2º** Caberá à Comissão Municipal do “Happy Centro” averiguar o atendimento ao interesse público, à conveniência do pedido, bem como o atendimento a todos os requisitos estabelecidos neste decreto e na legislação aplicável.

**§ 3º** Para a participação no “Happy Centro”, o responsável deverá providenciar, no mínimo, 01 (um) segurança independente do número de público estimado. A partir de 100 (cem) pessoas, deverá ser providenciado 01 (um) segurança para cada 100 (cem) pessoas de público estimado.

**§ 4º** Não será permitida a montagem de palco e de estrutura metálica para estruturação de fundo de palco ou cobertura, sendo somente autorizado uso de praticáveis com no máximo 0,50m de altura, mesas, cadeiras e

aparelhagens de som, iluminação e música ao vivo.

**§ 5º** A área em que se desenvolverem as atividades do “Happy Centro”, no espaço público permitido, deverá ser delimitada por gradis.

**Art. 6º** A permissão para participação no “Happy Centro” será condicionada à delimitação da área, ao tipo de via, aos dias e horários de menor intensidade de trânsito.

**Art. 7º** É vedado o uso de artefato pirotécnico durante a participação no “Happy Centro”.

**Art. 8º** É vedada também a cobrança de ingressos.

**Art. 9º** A Comissão Municipal do “Happy Centro” poderá indeferir preliminarmente os requerimentos apresentados em desconformidade com os requisitos e exigências legais e regulamentares.

**Parágrafo único.** Caso as desconformidades sejam sanáveis, a Comissão poderá notificar o interessado para adequação do requerimento, por meio de notificação publicada no Diário Oficial do Município, fixando-lhe prazo de acordo com a natureza e a complexidade do caso, nunca inferior a 03 (três) dias úteis.

**Art. 10.** Recebido o requerimento, a Secretaria Municipal de Turismo, Comércio e Empreendedorismo determinará a manifestação da Comissão Municipal do “Happy Centro”, podendo também ouvir as Secretarias Municipais com atribuições relacionadas à área do evento.

**Art. 11.** Após a manifestação da Comissão Municipal do “Happy Centro”, a Secretaria Municipal de Turismo, Comércio e Empreendedorismo proferirá despacho decisório fundamentado, a ser publicado no Diário Oficial do Município.

**§ 1º** Será de exclusiva responsabilidade do requerente tomar ciência, por meio do Diário Oficial do Município, dos despachos e das decisões proferidas no âmbito do procedimento estabelecido por este decreto.

**§ 2º** Do indeferimento do requerimento caberá um único pedido de reconsideração, dirigido à Comissão Municipal do “Happy Centro”

condicionada sua admissibilidade à juntada de novos elementos ou documentos.

**§ 3º** O prazo para interposição do pedido de reconsideração é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação do respectivo despacho de indeferimento no Diário Oficial do Município.

**Art. 12.** Serão de exclusiva responsabilidade do requerente reparos da área, via e logradouro eventualmente danificados por ocasião da utilização inadequada e outros fins a que fizer em razão da permissão.

**Art. 13.** Deferido o requerimento, a Secretaria Municipal de Turismo, Comércio e Empreendedorismo determinará aos órgãos municipais ou às entidades da Administração indireta competentes, a adoção das providências e medidas necessárias à realização do evento.

**Art. 14.** O “Happy Centro” não poderá se sobrepor aos eventos de interesse público.

**Parágrafo único.** A Comissão poderá suspender temporariamente a realização das atividades no “Happy Centro” quando for necessária para a execução de eventos ou atividades do Poder Público, ou apoiadas ou incentivadas por este.

**Art. 15.** Será de responsabilidade exclusiva do estabelecimento providenciar o fornecimento de energia elétrica, instalação de água e saneamento para os equipamentos que for utilizar, bem como a limpeza urbana do local após o evento.

**Art. 16.** O termo de permissão de uso terá prazo de vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, e assim sucessivamente, a critério da Comissão, sem que seja excedido o prazo máximo de 05 (cinco) anos.

**§ 1º** Em caso de descumprimento do termo de permissão de uso, o permissionário será notificado para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização das adequações, sob pena de rescisão.

**§ 2º** Ocorrendo inobservância do projeto previsto no termo de permissão de uso ou estando presentes as razões de interesse público que determinem a interrupção das atividades, a Comissão Municipal do “Happy Centro”

emitirá parecer recomendando a revogação da permissão de uso e consequente rescisão do respectivo termo.

**Art. 17.** Os órgãos de fiscalização da Administração Pública Municipal deverão agir de acordo com a suas respectivas áreas de competência e com espírito de colaboração mútua.

**Art. 18.** Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 16 de maio de 2025.

**ROGÉRIO SANTOS**

*Prefeito Municipal*

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de maio de 2025.

**LAVÍNIA PANTA FERNANDEZ**

*Diretora do Departamento – Em substituição*

## **ANEXO I** **Modelo de Solicitação**

Santos, DD de MMMM de AAAA.

Ao Coordenador da Comissão Municipal do “Happy Centro” (SETUR).

A empresa \_\_\_\_\_ (razão social), inscrita no CNPJ sob o número \_\_\_\_\_, com sede à (quadra, rua, etc.) da cidade de Santos, neste ato representada pelo(s) \_\_\_\_\_ (representante legal, com qualificação completa — nome, RG e órgão expedidor, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) que a este subscreve(m), vem DECLARAR o interesse em participar do “Happy Centro”, nos termos do Decreto nº 10.816, de 16 maio de 2025, SOLICITAR o uso do espaço público em frente do imóvel situado na (ENDEREÇO) por um dos meios previstos em lei e, para tanto, APRESENTA: I – alvará de localização e funcionamento do estabelecimento; II – cópia do documento de identidade, da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e do comprovante de domicílio do representante legal da interessada; III – Plano de Trabalho contendo: (a) breve descritivo das atividades a serem realizadas, incluindo a sua natureza, estilo e características; (b) local, dias da semana e horários pretendidos; (c) croqui da estrutura que será montada, com medidas e localização do espaço que será utilizado, contendo número de mesas, cadeiras e outros mobiliários; (d) estimativa de público por dia; (e) prazo para uso do espaço.

DECLARA ainda, ter conhecimento que é de sua exclusiva responsabilidade tomar ciência por meio do Diário Oficial do Município, dos despachos e das decisões proferidas no âmbito do procedimento estabelecido por esta solicitação.

**ASSINATURA e CARIMBO DE CNPJ**





## GABINETE DO PREFEITO

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor na data da publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em XX de XXXXX de 202X.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

*Prefeito Municipal*

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do  
Prefeito Municipal, em XX de XXXXX de 202X.

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

*Diretora do Departamento*

### ANEXO III

#### TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº PROCESSO Nº

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO, A TÍTULO  
PRECÁRIO E NÃO ONEROSO, POR PRAZO  
DETERMINADO, DE BEM PÚBLICO, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O PODER EXECUTIVO  
MUNICIPAL DE SANTOS E XXXXXX.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTOS**, doravante designado simplesmente **PERMITENTE**, com sede na Praça Visconde de Mauá, s/nº, Centro, Santos/SP, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 58.200.015/0001-83, neste ato representado pelo **(NOME DO SECRETÁRIO), SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, COMÉRCIO E EMPREENDEDORISMO**, devidamente autorizado pelo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do Decreto nº 9.329, de 14 de maio de 2021, e de outro lado, **(NOME DO PERMISSIONÁRIO)**, nacionalidade, profissão, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº (... – SSP/UF), inscrito(a) no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, doravante designado(a) simplesmente **PERMISSIONÁRIO**, e por este último, na forma de sua representação, foi dito que, sendo-lhe outorgada permissão de uso de bem público, conforme autorizou o Decreto Municipal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, subscreve o presente instrumento, concordando com os termos e condições, pelos quais se obriga:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:** O **PERMITENTE**, permite o uso, a título precário e não oneroso, por prazo determinado, ao **PERMISSIONÁRIO**, para as finalidades especificadas, nos termos do Decreto Municipal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, do bem a seguir descrito:

**“XX”**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:** A permissão de uso será outorgada pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por iguais períodos mediante Termos de Aditamento, sem que seja excedido o prazo máximo de 05 (cinco) anos.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE:** A permissão de uso tem por finalidade a realização de atividades de natureza cultural, artística e musical de acordo com a localização, croqui aprovado e demais procedimentos observados nos autos do

Processo Administrativo nº (.....) e conforme a decisão favorável da Comissão Municipal do “Happy Centro”.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO:** O PERMISSIONÁRIO obriga-se a:

I – usar o bem exclusivamente para a finalidade prevista neste termo;

II – respeitar todas as normas, regras e procedimentos estabelecidos no Decreto nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de 2025 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REVOGAÇÃO:** A permissão de uso poderá ser revogada, a qualquer tempo, por desvio de finalidade, descumprimento de qualquer das condições estabelecidas neste termo, no Decreto nº XXXX, de XX de XXXXXXXX de 2025, ou previstas no Decreto Municipal nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ (decreto de outorga de permissão), ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

**CLÁUSULA SEXTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:** As partes deste instrumento deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste ajuste, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta avença, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVERSÃO:** A revogação da permissão de uso não gerará para o permissionário direito à indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias realizadas, ainda que necessárias, que passarão a integrar o bem e reverterão ao patrimônio municipal.

E, por estarem de pleno acordo com o presente instrumento, subscrevem-no em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, adiante identificadas, para que produza todos os efeitos legais, pelo que eu, \_\_\_\_\_, o digitei, dato e assino.

Santos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**PERMITENTE**

\_\_\_\_\_  
**PERMISSIONÁRIO**

\_\_\_\_\_  
**TESTEMUNHA**

\_\_\_\_\_  
**TESTEMUNHA**